

LEI ORGÂNICA

Município de Santo Antonio do Tauá

PREÂMBULO

O povo de Santo Antonio do Tauá, por seus representantes, reunidos em Assembléia Municipal Constituinte pró Lei Orgânica, inspirados nos princípios Constitucionais da República Federativa do Brasil, rejeitando todas as formas de colonialismo e opressão; querendo edificar uma sociedade justa e pluralista; em busca de igualdade econômica, política, cultural, jurídica e social entre todos; reafirmando os direitos e garantia fundamentais e as liberdades inalienáveis de homens e mulheres, sem distinção de qualquer espécie; pugnando por regime democrático avançado, social, e abandonando, portanto, os radicalismos de toda origem; consciente de que não pode haver convivência fraternal e solidária dentro de uma ordem econômica injusta e egoísta; confiante em que o valor supremo é a liberdade do ser humano em que devem ser reconhecidos e respeitados os seu direitos elementares e naturais, especialmente o direito ao trabalho, à livre iniciativa, à saúde, a educação, à alimentação, a segurança, à dignidade; invoca a proteção de Deus e promulga a seguinte Lei Orgânica do Município de Santo Antonio do Tauá, esperando, que seja o instrumento eficiente da paz e do progresso, perpetuando as tradições, a cultura, a história, os recursos naturais, os valores materiais e morais dos tauaenses.

Institui a Lei Orgânica do Município de Santo Antonio do Tauá.

A Câmara Municipal de Santo Antonio do Tauá, no uso de suas atribuições legais, em sessão de 05 de abril de 1990, promulga a presente Lei Orgânica do Município, com as seguintes disposições.

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
DO MUNICÍPIO

Art. 1º. - O município de Santo Antonio do Tauá, é uma unidade do território do Estado do Pará, com personalidade jurídica de direito público interno e autônomo nos termos assegurados pela Constituição Federal.

Art. 2º. - São poderes do Município, independente e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º. - É vedada a delegação de atribuições entre os poderes;

§ 2º. - O cidadão investido na função de um destes, não poderá exercer a do outro.

Art. 3º. - É mantido o atual território do Município, cujos limites só poderão ser alterados nos termos da Legislação Estadual.

Parágrafo Único - A criação, organização e supressão de Distritos, compete ao Município, observada a Legislação Estadual.

Art. 4º. - São símbolos do Município: o Brasão de Armas, a Bandeira do Município e os outros estabelecidos em Lei Municipal.

Art. 5º. - A autonomia do Município se expressa:

I - pela eleição direta de Vereadores, que compõem o Poder Legislativo Municipal;

II - pela eleição direta do Prefeito e do Vice-Prefeito que compõe o Poder Executivo Municipal;

III - pela Administração própria, no que diz respeito o seu peculiar interesse.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 6º. - O Município tem direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros minerais de seu território.

Art. 7º. - Compete ao Município:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

II - suplementar a Legislação Federal e Estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência;

IV - aplicar suas rendas, prestando contas e publicando balancetes, nos prazos fixados em lei;

V - criar, organizar e suprimir distritos, observada a Legislação Estadual;

VI - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VII - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle de uso do parcelamento e de ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção, restauração do patrimônio histórico-cultural local, observada a Legislação e a ação fiscalizadora Federal e Estadual;

X - elaborar e executar a política de desenvolvimento urbano com o objetivo de ordenar as funções sociais das áreas habitadas do Município e garantir o bem-estar de seus habitantes;

XI - elaborar e executar o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;

XII - constituir a Guarda Municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a Lei;

XIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas;

XIV - legislar sobre a licitação e contratação de serviços em todas as modalidades, para a administração municipal, direta e indireta, respeitadas as normas gerais de Legislação Federal;

XV - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano;

XVI - fixar e sinalizar os locais de estacionamento de veículos, os limites das “zonas de silêncio” e de trânsito e tráfego em condições especiais;

XVII - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;

XVIII - prover sobre limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XIX - dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas;

XX - regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a atualização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXI - dispor sobre o depósito e destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência da transgressão da Legislação Municipal;

XXII - dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicação da raiva e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXIII - promover e incentivar o turismo local, como fator de desenvolvimento econômico;

XXIV - quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais e similares;

a) conceder ou revogar licença para instalação, localização e funcionamento;

b) revogar a licença daqueles cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego público ou aos bons costumes;

c) promover o fechamento daqueles que funcionarem sem licença ou em desacordo com a Lei;

XXV - estabelecer e impor penalidades por infração de suas Leis e Regulamentos;

Art. 8º. - É vedado ao Município:

I - permitir ou fazer uso de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão, serviço de alto falante ou qualquer outro meio de comunicação de sua propriedade para propaganda político-partidária, ou fins estranhos à Administração;

II - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhe o exercício ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança;

III - contrair empréstimo externo sem prévia autorização do Senado Federal;

IV - instituir ou aumentar tributos sem que a Lei o estabeleça;

V - ceder bens imóveis e viaturas públicas para fins político-partidários à Administração Pública

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES MUNICIPAIS
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
SEÇÃO I
DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 9º. - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores representantes da comunidade, eleito através de sistema proporcional dentre cidadãos maiores de 18 anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto, para uma legislatura com duração de 4 (quatro) anos.

§ 1º. - O número de Vereadores é proporcional à população do Município, respeitados os limites estabelecidos na Constituição Federal e Estadual.

§ 2º. - eleição dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito será realizada 90 (noventa) dias antes do término do mandato de seus antecessores.

§ 3º. - Salvo disposição em contrário desta Lei, as deliberações da Câmara Municipal são tomadas por voto da maioria simples dos representantes.

Art. 10 - Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente:

I - legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e remissão de dívidas;

II - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a Legislação Federal e Estadual;

III - votar o orçamento anual e o plurianual de investimento, a Lei de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

V - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

VI - autorizar a concessão de serviços públicos;

VII - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;

VIII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

IX - autorizar a alienação de bens imóveis;

X - autorizar a aquisição de bens imóveis, desde que não prevista na Lei Orçamentária, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

XI - dispor sobre a criação, organização e supressão de Distritos, mediante prévia consulta plebiscitária observada a Legislação Estadual e Federal;

XII - criar, alterar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos;

XIII - aprovar o plano Diretor;

XIV - autorizar o consórcio com outros Municípios;

XV - delimitar o perímetro urbano;

XVI - autorizar a alteração da denominação de prédios, vias e logradouros públicos;

XVII - exercer com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;

XVIII - transferência temporária da sede do Governo Municipal;

Art. 11 - É da competência privativa da Câmara Municipal:

I - eleger sua mesa, bem como destituí-la na forma regimental;

II - elaborar seu Regimento Interno;

III - organizar seus serviços administrativos;

IV - dar posse ao Prefeito ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;

VI - autorizar ao prefeito por necessidade de serviço, e ausentar-se do Município por mais 15 (quinze) dias;

VII - criar comissões Parlamentares de Inquérito, sobre fato determinado que se inclua na competência Municipal, sempre que o requerer pelo menos 1/5 (um quinto) de seus membros, sem precisar de aprovação do Plenário;

VIII - fixar os subsídios e a verba de representação do Prefeito e Vice-Prefeito, e do Presidente da Câmara e Secretários e o subsídio dos Vereadores;

IX - convocar o Prefeito ou seus auxiliares para prestar informação, pessoalmente, sobre assuntos previamente determinados, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, ou prestação de informações falsas;

X - autorizar referendo ou plebiscito;

XI - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em Lei;

XII - dispor sobre organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIII - decidir sobre a perda do mandato vereador, por voto secreto e maioria de 2/3 (dois terços), na hipótese prevista nesta Lei;

XIV - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites da delegação Legislativa;

XV - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito, obedecido os prazos constantes do parágrafo segundo do Art. 71, da Constituição Estadual;

XVI - representar ao Ministério Público, por maioria absoluta de seus membros, e instauração de processos contra o Prefeito, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e os Secretários Municipais, pela prática de crime contra a administração pública que tomar conhecimento;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de imóveis Municipais;

XVIII - aprovar, previamente, por voto secreto da maioria absoluta, após arguição pública, a escolha de titulares dos órgãos da Administração Indireta, indicados pelo Prefeito.

§ 1º. - A Câmara poderá apresentar representação fundamentada, visando a intervenção do Estado no Município, conforme disposto no art. 85, I, da Constituição do Estado;

§ 2º. - Os assuntos de economia interna da Câmara Municipal, serão deliberados através de Resolução e os demais casos, por meio de Decreto Legislativo;

§ 3º. - Por deliberação da maioria simples a Câmara poderá convocar Secretário Municipal ou Diretor equivalente, para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos. A falta de comparecimento, do Secretário Municipal ou Diretor Equivalente, sem justificativa razoável, será considerado desacato à Câmara, e, se o Secretário ou Diretor for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas, caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do respectivo processo, na forma da Lei Federal, e conseqüente cassação de mandato;

§ 4º. - A Câmara Municipal, por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros, aprovará voto de censura contra Secretário Municipal ou Diretor equivalente, bem como titulares da Administração indireta, compelindo o chefe do Poder Executivo a demissão incontinentemente do cargo, sob pena de responsabilidade administrativa.

Art. 12 - Cabe ainda, à Câmara Municipal, conceder títulos de cidadão honorífico a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços relevantes ao Município, mediante Decreto Legislativo, aprovado pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

SECCÃO II DOS VEREADORES

Art. 13 - No primeiro ano de cada Legislatura, no dia 1º de janeiro, às 10 (dez) horas, em sessão solene de instalação, independente do número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

Parágrafo Único - O Vereador que não tomar posse, na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de quinze dias, sob pena de perda de mandato, salvo motivo justo, aceito pela Câmara.

Art. 14 - Por ocasião de sua posse, o Vereador apresentará declaração de bens, que deverá ser atualizada anualmente e transcrita em livro próprio, para posterior encaminhamento no prazo legal, ao Tribunal de Contas dos Municípios, na forma do previsto do art. 304, da Carta Estadual.

Art. 15 - A remuneração do Vereador será fixada pela Câmara Municipal em cada Legislatura para a subseqüente, até trinta dias antes das eleições municipais, observando o que dispõe o art. 29, V, 37, XI da Constituição Federal.

§ 1º. - Não tendo sido fixada a remuneração na legislatura anterior, ficam mantidos os valores vigentes em dezembro do seu último exercício, apenas admitida a atualização dos valores.

§ 2º. - O reajuste da remuneração na hipótese acima, será procedido por ato da Câmara,

mediante critério a ser instituído pela mesma.

Art. 16 - Os Vereadores, na circunscrição do Estado, são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, aplicando-lhes as regras desta Lei Orgânica sobre inviolabilidade e imunidades dos Deputados Estaduais, exercendo a Câmara Municipal neste caso, as competências atribuídas à Assembléia Legislativa.

Art. 17 - O Vereador poderá licenciar-se somente:

I - por moléstia devidamente comprovada ou em licença-gestante;

II - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município;

III - para tratar de interesse particular, sem remuneração, por prazo nunca superior a noventa dias, por sessão legislativa, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença;

IV - para exercer o cargo de Secretário Municipal ou assemelhado;

§ 1º. - Para fins de remuneração, considerar-se-á, como em exercício, o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II.

§ 2º. - O Vereador poderá optar pela remuneração do mandato, na hipótese do inciso IV deste artigo.

Art. 18 - Será convocado suplente nos casos de vaga, investidura em cargo previsto no artigo anterior, ou por licença por motivo de doença comprovada no prazo superior a 60 (sessenta) dias.

§ 1º. - Só será convocado suplente nos casos de licença para tratar de interesse particular, quando a mesma for superior a 30 (trinta) dias.

§ 2º. - O suplente convocado deverá tomar posse, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 3º. - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, e se faltar mais de 15 (quinze) meses para o término do mandato, o Presidente comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral, solicitando a realização de eleição para preenchimento da vaga.

Art. 19 - O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do diploma;

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando contrato obedecer as cláusulas uniformes.

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível ad nutum, mas entidades constantes da alínea anterior.

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada,

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível ad nutum nas entidades referidas no inciso I, a,

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades que se refere o inciso I, a,

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 20 - Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral nos casos previstos na Constituição Federal;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e irrecorrível, ou transitada em

julgado;

VII - que não residir no Município;

§1º.- É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas.

§2º.- Nos casos dos incisos, I, II, e IV a perda do mandato é decidida pela Câmara Municipal, por voto secreto e por 2/3 (dois terços) mediante a provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa, assegurada a ampla defesa.

§3º.- Nos casos dos incisos III, IV, V e VII, a perda é declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de seus membros ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 21 - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiarem ou deles receberem informações.

SEÇÃO III DA MESA DA CÂMARA

Art. 22 - Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais votado dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

Parágrafo Único - Não havendo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 23 - A Mesa da Câmara Municipal será composta de um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 1º. - As competências e as atribuições dos membros da Mesa e a forma de substituição, as eleições para sua composição, são definidos no Regimento Interno.

§ 2º. - O Presidente representa o Poder Legislativo.

§ 3º. - Nas faltas, impedimentos ou licenças, o Presidente será, automaticamente, substituído pelo 1º. Secretário.

Art. 24 - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á na última sessão do segundo biênio, considerando-se automaticamente empossados os eleitos, a partir do dia 1º. de janeiro do terceiro ano.

Art. 25 - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara, quando faltoso, omissivo ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, descumprir as deliberações do Plenário, comportar-se de modo incompatível com o cargo e cometer atos de improbidade administrativa, assegurada ampla defesa na forma do Regimento Interno.

Art. 26 - À Mesa, dentre outras atribuições compete:

I - propor Projetos de Resolução que criem, transformem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem o respectivo vencimento;

II - elaborar e expedir, mediante Ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário;

III - devolver a Tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara ao final do exercício financeiro;

IV - nomear, contratar, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, por em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Câmara Municipal, nos termos da Lei;

V - declarar perda do mandato do Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer de seus membros, ou ainda, de partido político representado na Câmara, nas hipóteses previstas nos

incisos, III, IV, V, VII do artigo 22 desta Lei, assegurada ampla defesa;

VI - propor ação direta de inconstitucionalidade prevista no artigo 162, da Constituição do Estado;

VII - encaminhar pedidos escritos de informação ao Prefeito ou seus auxiliares, importando de crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento, no prazo de 30 (trinta) dias, bem como prestação de informações falsas;

VIII - tomar providências necessárias para a manutenção da ordem interna e para o regular funcionamento do Poder Legislativo, podendo requisitar força policial para esse fim;

IX - promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos;

X - solicitar força policial para manutenção da ordem na Câmara.

§ 1º. - Os membros da Mesa, reunir-se-ão, tantas vezes quantas se fizerem necessárias, por convocação de qualquer de seus membros, a fim de deliberar, por maioria de votos, os assuntos de sua competência.

§ 2º. - As decisões da Mesa, só poderão ser modificadas por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 27 - Ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições compete:

I - representar a Câmara em juízo e fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos;

III - promulgar as Resoluções e Decretos Legislativos, juntamente com os membros da Mesa, bem como as Leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;

IV - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

V - fazer publicar os Atos da Mesa, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis promulgadas pela Mesa;

VI - requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara e executá-la em tudo acompanhado pelo 1º. Secretário;

VII - apresentar ao Plenário, até o dia 20 (vinte) de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas do mês anterior, sem prejuízo da obrigação contida no art. 73 da Constituição Estadual;

VIII - representar ao Procurador Geral de Justiça do Estado, sobre a inconstitucionalidade de Lei ou Ato Municipal;

IX - solicitar juntamente com os demais membros da Mesa a intervenção do Município, nos casos admitidos pela Constituição do Estado, por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara;

Art. 28 - O Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto só terá direito a voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

III - quando houver empate em qualquer votação do Plenário;

§ 1º. - Não poderá votar o Vereador que tiver interesse pessoal na deliberação, anulando-se a votação, se o seu voto for decisivo, salvo nos processos de destituição de membro da Mesa.

§ 2º. - O voto será sempre público nas deliberações da Câmara, exceto nos seguintes casos:

I - no julgamento dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito

II - na eleição e destituição dos membros da Mesa e nos substitutos, bem como no preenchimento de qualquer vaga;

III - na votação de Decreto Legislativo para concessão de qualquer honraria;

IV - na votação de veto aposto pelo Prefeito.

Art. 29 - Os membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal perceberão a título de representação do cargo, valores equivalentes a:

I - 100% (cem por cento) da representação do Prefeito para o Presidente.

II - 50% (cinquenta por cento) da representação do Presidente para o Primeiro Secretário.

III - 50% (cinquenta por cento) da representação do Primeiro Secretário para o Segundo Secretário.

Art. 30 - Os Vereadores farão jus à diárias e ajuda de custo, cujos valores serão fixados em Resolução anual da Câmara Municipal.

Art. 31- Nos casos de ausência dos membros da Mesa, os trabalhos serão conduzidos pelo Vereador mais idoso presente.

SEÇÃO IV DA SESSÃO LEGISLATIVA

Art. 32 - A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º. de agosto a 15 de dezembro, independentemente de convocações.

§ 1º. - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 2º. - A Sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano seguinte.

§ 3º. - Durante a Sessão Legislativa Ordinária, a Câmara funcionará no mínimo uma vez por semana.

§ 4º. - A Câmara Municipal reunir-se-á independentemente de convocação, no dia 15 de fevereiro, para abertura da Sessão Legislativa Ordinária.

§ 5º. - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser seu Regimento Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido na legislação específica, observado o disposto no art. 37, XI da Constituição Federal.

§ 6º. - As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara, ou a requerimento da maioria absoluta dos Vereadores, em casos de manifesta urgência ou interesse público relevante, deliberando exclusivamente sobre a matéria objeto da convocação.

§ 7º. - As sessões extraordinárias de que trata o parágrafo anterior, poderão realizar-se no mesmo dia da sessão ordinária.

§ 8º. - Só poderão ser remuneradas, no máximo 04 (quatro) sessões extraordinárias durante o mês.

§ 9º. - As sessões da Câmara Municipal, só poderão ser abertas com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 10 - O Regimento Interno marcará o número de sessões ordinárias durante o mês, realizando-se no mínimo uma vez por semana.

Art. 33 - As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

Art. 34 - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão de instalação legislativa a 1º. de janeiro do ano subsequente às eleições, às 10 (dez) horas para a posse de seus membros, do Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 1º. - Os novos Vereadores serão empossados pelo Juiz da Comarca e, na sua ausência, pelo Vereador mais votado.

§ 2º. - Os Vereadores empossados assinarão termo de posse e prestarão o correspondente compromisso de fiel cumprimento do mandato, lavrando-se a respectiva Ata.

§ 3º. - Antes da posse o Presidente da Mesa exigirá o diploma do eleito e sua declaração de bens.

§ 4º. - As Sessões da Câmara serão realizadas à hora, dia e local de costume sendo nulas as sessões que realizarem fora do edifício destinado ao seu funcionamento, salvo mudança de local por decisão de 2/3 (dois terços), dos membros da Câmara, por impossibilidade de acesso ao local de costume.

SEÇÃO V

DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Art. 35 - A convocação extraordinária da Câmara Municipal, se fará:

- I - pelo Prefeito, quando este entender necessária;
- II - pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
- III - pela Comissão representativa da Câmara;
- IV - pelo Presidente da Câmara.

§ 1º. - Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 2º. - As sessões de que trata este artigo serão remuneradas, na forma regular.

SEÇÃO VI DAS COMISSÕES

Art. 36 - A Câmara terá Comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com atribuições previstas no respectivo Regimento ou no Ato de que resultar a sua criação.

§ 1º. - Em cada Comissão será assegurada, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 2º. - Às Comissões em razão da matéria de sua competência, cabe entre outras;

- I - emitir parecer nos Projetos de Lei de sua competência;
- II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- III - convocar Secretários Municipais ou Diretor equivalente para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;
- IV - acompanhar junto à Prefeitura a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;
- V - acompanhar, junto ao governo, os Atos de regulamentação, velando por sua completa adequação;
- VI - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das entidades públicas;
- VII - apreciar o programa de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;
- VIII - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

Art. 37 - As Comissões Parlamentares de Inquérito terão amplos poderes de investigação, próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, e serão criadas a requerimento de 1/5 (um quinto) dos membros da Câmara Municipal, independentemente de aprovação plenária, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores, e ao Plenário da Câmara para as demais providências.

§ 1º. - As Comissões Parlamentares de Inquérito, no interesse da investigação, poderão:

- I - proceder a vistoria e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;
- II - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;
- III - transportar-se aos lugares onde se fizer necessária a sua presença, ali realizando os Atos que lhe competirem;

§ 2º. - No exercício de suas atribuições poderão, ainda, as Comissões Parlamentares de Inquérito, por intermédio de seu Presidente:

- I - determinar as diligências que reputarem necessárias;
- II - requerer a Convocação de Secretário ou Prefeito Municipal;
- III - tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso.

IV - proceder as verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município;

§ 3º. - Nos termos da Legislação Federal, as testemunhas serão intimadas de acordo com as prescrições estabelecidas na Legislação Penal e, em caso de não comparecimento sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao Juiz criminal da localidade onde residirem ou se encontrarem, na forma do Código de Processo Penal.

§ 4º. - As Comissões Parlamentares de Inquérito, no período de recesso, poderão prosseguir seus trabalhos por decisão de seus membros, ou por deliberação da maioria simples do Plenário.

§ 5º. - A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) indicados por sorteio e 1 (um), indicado pelos Vereadores que requererem a formação da Comissão, excluído o Presidente da Câmara;

§ 6º. - Ao término de cada sessão Legislativa, à Câmara, elegerá dentre seus membros, em votação secreta, uma Comissão Representativa, cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível a proporcionalidade da representação partidária ou dos blocos parlamentares da Casa, que funcionará nos interregnos das sessões legislativas ordinárias, com as seguintes atribuições:

I - reunir-se ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente;

II - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;

IV - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de 15 (quinze) dias;

V - convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou interesse público relevante;

§ 1º. - A Comissão Representativa constituída por número ímpar de Vereadores, será presidida pelo Presidente da Câmara.

§ 2º. - A comissão Representativa deverá apresentar relatórios dos trabalhos por ela realizados quando no reinício do período do funcionamento ordinário da Câmara.

SEÇÃO VII

DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 - O Processo Legislativo compreende a elaboração de:

I - emenda a Lei Orgânica do Município;

II - Leis Complementares;

III - Leis Delegadas;

IV - Leis Ordinárias;

V - Decretos Legislativos;

VI - Resoluções

SUBSEÇÃO II

DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA

Art. 39 - A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta:

I - do Prefeito;

II - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

III - iniciativa popular, através de manifestação de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município.

§ 1º. - A proposta de emenda à Lei Orgânica do Município será votada em dois turnos, com interstício de 10 (dez) dias pelo menos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

§ 2º. - A emenda aprovada nos termos deste artigo será promulgada pela mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

§ 3º. - A matéria constante da proposta da emenda rejeitada, ou havida por prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão Legislativa, salvo se subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

SUBSEÇÃO III DAS LEIS

Art. 40 - A iniciativa das Leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão Municipal, ao Prefeito aos cidadãos na forma prevista nesta Lei.

Art. 41 - Compete previamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de Lei que disponham sobre:

I - criação, extinção ou transformação de cargo, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, a fixação e aumento de remuneração dos seus servidores;

II - regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade aposentadoria dos servidores dos servidores;

III - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal;

V - disponham sobre orçamento anual, plurianual e diretrizes orçamentárias.

Art. 42 - É da competência exclusiva da Câmara as Resoluções que disponham sobre:

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos de seus serviços;

II - fixação ou aumento de remuneração de seus servidores;

III - organização e funcionamento de seus serviços;

IV - elaboração do Regimento Interno;

V - tomada de contas do Prefeito quando não apresentadas ao Tribunal de Contas dos Municípios, 60 (sessenta) dias após abertura de sessão legislativa.

Art. 43 - não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, salvo se tratar de emenda ao Projeto de Lei do Orçamento Anual ou aos projetos que os modifiquem, de emendas a projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, observando o disposto no art. 166, §§ 3º. e 4º. da Constituição Federal;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 44 - A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de projeto de Lei subscrito por, no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado municipal.

§ 1º. - A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se, para o seu recebimento, identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral.

§ 2º. - A tramitação dos Projetos de Lei de iniciativa popular obedecerá as normas relativas ao processo legislativo estabelecido nesta Lei.

Art. 45 - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 1º. - Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no *caput* deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos.

§ 2º. - O prazo referido neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara e não se aplicam aos projetos de codificação.

Art. 46 - O projeto aprovado pela Câmara será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo Presidente da Câmara ao Prefeito que, concordando, o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

Art. 47 - Se o Prefeito julgar o projeto no todo ou em parte inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§ 1º. - O veto deverá ser sempre justificado e, quando parcial, abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º. - As razões aduzidas no veto serão apreciadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento, em uma única discussão.

§ 3º. - O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada a votação em escrutínio secreto.

§ 4º. - Esgotado sem deliberação o prazo previsto no parágrafo 2º. deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 5º. - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito, em 48 (quarenta e oito) horas, para promulgação.

§ 6º. - Se o Prefeito não promulgar a Lei em 48 (quarenta e oito) horas, nos casos de sanção tácita ou rejeição do veto, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente ou Primeiro Secretário, em igual prazo, fazê-lo.

§ 7º. - A Lei promulgada nos termos do parágrafo anterior produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 8º. - Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número da Lei original, observada o prazo estipulado no parágrafo 6º.

§ 9º. - O prazo previsto no parágrafo 2º. não incorre no período de recesso da Câmara.

§ 10 - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11 - Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 48 - A requerimento de Vereador, os Projetos de Lei que não sejam de iniciativa do Prefeito, decorridos 30 (trinta) dias de seu recebimento, serão incluídas na ordem do dia, mesmo sem parecer.

Parágrafo Único - O Projeto de Lei somente pode ser retirado da ordem do dia, a requerimento do autor, aprovado pela maioria absoluta do Plenário.

Art. 49 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Prefeito, que serão sempre submetidos à deliberação da Câmara.

Art. 50 - As Leis Ordinárias exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara.

Art. 51 - As Leis Complementares exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - São Leis Complementares as concernentes às seguintes matérias:

I - Código Tributário;

II - Código de Obras ou de Edificações;

III - Estatuto dos Servidores Municipais;

IV - Plano Diretor do Município;

V - Zoneamento urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo;

VI - Estatuto do Magistério;

VII - Código de Postura.

Art. 52 - As Leis Delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º. - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara

Municipal, a matéria reservada à Lei Complementar e a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

§ 2º. - A delegação ao Prefeito terá a forma de Resolução da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º. - Se a Resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 53 - A votação e a discussão da matéria constante da ordem do dia só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - A aprovação da matéria colocada em discussão dependerá do voto favorável da maioria simples dos Vereadores presentes à sessão, ressalvados os casos de quorum especial.

Art. 54 - O Presidente da Câmara, ao receber o projeto de Lei encaminhará, por despacho, à Comissão respectiva para que no prazo de 15 (quinze) dias retorne à Presidência e seja pautado para a discussão e votação.

§ 1º. - As propostas de emendas serão preferencialmente apresentadas nas Comissões respectivas.

§ 2º. - As propostas de emendas apresentadas em Plenário por ocasião da discussão e votação dos Projetos, terão votação suspensa e remetida, por despacho do Presidente à Comissão respectiva para exame e parecer.

SUBSEÇÃO IV **DOS DECRETOS LEGISLATIVOS E RESOLUÇÕES**

Art. 55 - O projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular a matéria de competência exclusiva da Câmara, que produza efeitos externos, não dependendo, porém, de sanção do Prefeito.

Art. 56 - O Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria político - administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, e não depende de sanção do Prefeito.

Parágrafo Único - Os projetos de Decretos Legislativo e Resoluções são aprovadas pela maioria simples dos Vereadores presentes ao plenário, em um só turno de votação, e promulgados pela mesa Diretora.

SEÇÃO VIII **DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL FINANCEIRA,** **ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL**

Art. 57 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração direta e indireta, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

§ 1º. - Prestará contas cada pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos, ou pelos quais o Município responde ou que em nome desta assumiu obrigações de natureza pecuniária.

§ 2º. - O Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal e as demais pessoas ou entidades constantes no parágrafo anterior, ficam obrigados a prestarem ao Tribunal de Contas dos Município balancetes trimestrais, até 30 (trinta) após encerrado o trimestre, discriminando receitas e despesas, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, ficando cópia de tais balancetes e de sua respectiva documentação no prédio da Câmara Municipal, por 30 (trinta) dias, no mínimo, em local de fácil acesso, para conhecimento do povo.

§ 3º. - O Prefeito, a Mesa Diretora e as pessoas indicadas no parágrafo 1º., deverão

apresentar suas contas anuais à Câmara Municipal, até o dia 31 de março do exercício seguinte.

§ 4º. - Se o prazo do parágrafo anterior não estiverem sido apresentados as contas anuais, a Comissão permanente de Orçamento e Finanças tomará em até 30(trinta) dias.

§5º. - As contas do Município ficarão, anualmente, durante 60 (sessenta) dias, a partir do primeiro dia útil após encerrado os prazos do parágrafo 3º. e/ ou 4º., à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual, poderá questionar - lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 6º. - Vencido o prazo do parágrafo anterior, as contas e as questões levantadas serão enviadas pelo presidente da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas dos Municípios para emissão de parecer prévio.

§ 7º. - O Poder Executivo divulgará, até ao 20º. (vigésimo) dia do mês subsequente ao da arrecadação, relatório detalhado de toda receita do Município, especificando e individualizando o montante de cada tributo ou taxas arrecadados, as transferências recebidas, inclusive as resultantes de convênios, assim como rendimentos de aplicações no mercado financeiro, devendo, remeter, obrigatoriamente, no mesmo prazo, à Câmara Municipal, sob pena de perda de mandato.

Art. 58 - O controle externo, a cargo da Câmara Municipal será exercido com auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios e compreenderá a apreciação das contas, o acompanhamento das atividades financeiras do Município, o desempenho das funções de auditoria e orçamentária.

§ 1º. - O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal que, sobre ele, deve pronunciar-se no prazo de 90 (noventa) dias, após o seu recebimento.

§ 2º. - Recebido o parecer prévio, o Presidente da Câmara despachará de imediato, à Comissão Permanente de Orçamento e Finanças, que sobre ele dará o seu parecer em 15 (quinze) dias corridos.

§ 3º. - As contas da Mesa Diretora da Câmara Municipal, após julgadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios, serão apreciadas pelo Plenário da Câmara, sem a participação dos membros da Mesa, funcionando como Presidente neste procedimento, o Vereador mais idoso, que escolherá dois Vereadores para atuarem como Secretários.

§ 4º. - As contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta, inclusive das Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio e outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Municipal, serão julgados pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

Art. 59 - Os Poderes Legislativo e o Executivo manterão, de forma integrada, sistema de Controle Interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos Programas de Governo e dos Orçamentos do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia e eficiência da gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Município;

IV - apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º. - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência à Comissão Permanente de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º. - A Comissão Permanente de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal, tomando conhecimento de irregularidade ou ilegalidade, poderá solicitar à autoridade responsável que, no prazo de 5 (cinco) dias, preste os esclarecimentos necessários; caso não prestados os esclarecimentos ou considerados estes insuficientes, a referida Comissão solicitará ao Tribunal de

Contas dos Municípios o pronunciamento conclusivo sobre a matéria em caráter de urgência.

§ 3º. - Entendendo o Tribunal de Contas dos Municípios pela irregularidade ou ilegalidade, a Comissão Permanente de Orçamento e Finanças proporá à Câmara Municipal, as medidas que julgar convenientes à situação.

§ 4º. - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da Lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante a Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças da Câmara ou ao Tribunal de Contas dos Municípios.

CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO SEÇÃO I DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 60 - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito auxiliado pelos Secretários Municipais.

Art. 61 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, registradas as respectivas candidaturas conjuntamente, serão eleitos simultaneamente, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto até 90 (noventa) dias antes do término do mandato de seu sucessor, dentre brasileiros maiores de 21 (vinte e um) anos e no exercício de seus direitos políticos.

§ 1º. - Será considerado eleito Prefeito o candidato que obtiver a maioria dos votos.

§ 2º. - Proclamado oficialmente o resultado da eleição municipal, o Prefeito poderá indicar uma Comissão de Transição, destinada a proceder o levantamento das condições administrativas do município.

§ 3º. - O Prefeito em exercício não poderá impedir ou dificultar os trabalhos da Comissão de Transição previstas no parágrafo anterior.

Art. 62 - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse e assumirão o exercício em sessão solene de instalação da Câmara Municipal, no dia 1º. de janeiro do ano subsequente à eleição, às 10 (dez) horas, prestando compromisso de manter, defender e cumprir as Constituições Federal, Estadual e esta Lei Orgânica, observar as leis e promover o bem geral do Município.

§ 1º. - Se decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo este será declarado vago.

§ 2º. - Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito, e, na falta deste, o Presidente da Câmara.

§ 3º. - No ato da posse e no final de cada ano, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração de seus bens, as quais serão transcritas em Livro próprio, constando de Ata o seu resumo.

§ 4º. - O Prefeito e o Vice-Prefeito, estes quando remunerados, deverão desincompatibilizar-se no ato da posse; quando não remunerado, o Vice-Prefeito cumprirá essa exigência ao assumir o exercício do cargo.

Art. 63 - O Prefeito não poderá, desde a posse, sob pena de perda de cargo:

I - firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer à cláusulas uniformes.

II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que seja demissível *ad nutum*, nas entidades constantes do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de concurso público;

III - ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo;

IV - patrocinar causas em que seja interessada qualquer entidades já referidas;

V - ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato de pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

Art. 64 - Será de 4 (quatro) anos o mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, a iniciar-se no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Art. 65 - São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Prefeito e Vice-Prefeito e quem os houver sucedido nos 6 (seis) meses anteriores à eleição.

Art. 66 - Para concorrerem a outros cargos eletivos, o Prefeito e Vice-Prefeito devem renunciar aos mandatos até 6 (seis) meses antes do pleito.

Art. 67 - O Vice-Prefeito substitui o Prefeito em caso de licença ou impedimento, e o sucede no caso de vaga ocorrida após a diplomação.

§ 1º. - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por Lei, auxiliará o Prefeito sempre que por Ele convocado para missões especiais.

§ 2º. - O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituí-lo sob pena de extinção do respectivo mandato.

§ 3º. - A investidura do Vice-Prefeito no cargo de Secretário Municipal, não impedirá as funções previstas nos parágrafos anteriores.

Art. 68 - Em caso de ausência ou de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente, chamados ao exercício do cargo de Prefeito, os membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal, obedecida a respectiva ordem e o Juiz de Direito da Comarca, lavrando-se o Ato de transmissão obrigatoriamente em livro próprio.

§ 1º. - No período de campanha eleitoral, ocorrendo impedimento das pessoas constantes do *caput* deste artigo, o Prefeito designará por Portaria, para responder pelo expediente da Prefeitura, o Secretário Municipal de Administração, que não poderá ordenar quaisquer despesas.

§ 2º. - Implica responsabilidade a não transmissão de cargo nos casos de ausência e impedimento.

Art. 69 - Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º. - Ocorrendo a vacância dentro dos últimos 12 (doze) meses de mandato, a eleição para os ambos os cargos será feita pela Câmara Municipal, 30 (trinta) dias depois de aberta a última vaga, na forma da Lei.

§ 2º. - Em qualquer dos casos os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 70 - O Prefeito e Vice-Prefeito devem residir no Município e dele não poderão ausentar-se, por tempo superior 15 (quinze) dias consecutivos, e, para o exterior por qualquer tempo sem prévia licença da Câmara Municipal, implicando o descumprimento do disposto neste artigo na perda do mandato.

Art. 71 - O Prefeito poderá licenciar-se:

I - quando a serviço ou em missão de representação do Município, devendo enviar à Câmara, relatório circunstanciado de sua viagem.

II - quando impossibilitado do exercício do cargo, por motivo de doença devidamente comprovado.

III - para tratar de interesse particular por tempo nunca superior a 90 (noventa) dias, em cada ano, mediante autorização da Câmara Municipal.

Art. 72 - A remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito será fixada pela Câmara Municipal, em cada legislatura para a subsequente até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais não podendo ser inferior ao maior padrão de vencimento estabelecido para o funcionário do Município no momento da fixação, observado o que dispõe o art. 29, V da Constituição Federal, estando sujeita aos impostos gerais, inclusive o de renda e outros extraordinários, sem distinção de qualquer espécie.

§ 1º. - Não tendo fixado a remuneração na legislatura anterior, ficam mantidos os valores vigentes em dezembro do seu último exercício, apenas admitida a atualização de valores.

§ 2º. - A gratificação de Representação do Prefeito, será fixada anualmente pela Câmara e não poderá exceder de 100% (cem por cento) do valor do subsídio.

§ 3º. - O subsídio e a gratificação de representação do Vice-Prefeito corresponderão a 70% (setenta por cento) do que perceber a esses títulos o Prefeito.

§ 4º. - O Prefeito, quando no exercício do cargo, fará jus a ajuda de custo para manutenção da residência oficial em valor equivalente ao seu subsídio.

§ 5º. - O substituto eventual do Prefeito, fará jus a diferença da remuneração do Prefeito, pelos dias de substituição.

§ 6º. - O Prefeito, quando viajar a serviço de interesse do Município, fará jus a diária, que será fixada anualmente pela Câmara Municipal, em Valor de Referência Regional, não podendo ser inferior a 3 (três) e 6 (seis) VRR, para viagens para dentro e fora do Estado respectivamente.

Art. 73 - A extinção ou a cassação do mandato de Prefeito e do Vice-Prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidade do Prefeito ou seu substituto, ocorrerão na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica e na Legislação Federal e na Estadual.

SEÇÃO II **DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO**

Art. 74 - Ao Prefeito compete:

I - nomear e exonerar os Secretários Municipais;

II - exercer com o auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da Administração Municipal;

III - estabelecer o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais do Município;

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

V - representar o Município, em juízo e fora dele, por intermédio da Procuradoria Geral do Município, na forma estabelecida em lei especial;

VI - sancionar, promulgar e fazer publicar as Leis aprovadas pela Câmara e expedir regulamentos para sua fiel execução;

VII - vetar, no todo ou em parte, projetos de lei, na forma prevista nesta Lei Orgânica;

VIII - decretar desapropriações e instituir servidões administrativas;

IX - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

X - permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros;

XI - permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros;

XII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal na forma da Lei;

XIII - prover e extinguir os cargos públicos municipais, na forma da Lei, e expedir os demais Atos referentes à situação funcional dos servidores;

XIV - remeter mensagem e plano de governo à Câmara, por ocasião da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;

XV - enviar à Câmara o projeto de Lei do Orçamento Anual das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Plurianual de Investimentos.

XVI - encaminhar ao Tribunal de Contas dos Municípios, até o dia 31 de março de cada ano, a sua prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;

XVII - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em Lei;

XVIII - fazer publicar os atos oficiais;

XIX - prestar à Câmara, dentro de 30 (trinta) dias as informações solicitadas na forma regimental;

XX - superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda e a aplicação de receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das possibilidades orçamentárias ou dos critérios votados pela Câmara;

XXI - colocar à disposição da Câmara, até o dia 20 (vinte) de cada mês, a parcela correspondente às suas despesas dos créditos autorizados;

XXII - aplicar multas previstas em Lei e contratos, bem como relevadas quando impostas

irregularmente;

XXIII - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos;

XXIV - oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis logradouros públicos;

XXV - dar denominação a próprios municipais e logradouros públicos, após aprovação da Câmara Municipal;

XXVI - aprovar projetos de edificação e planos de loteamento;

XXVII - solicitar o auxílio da Polícia do Estado para garantia de cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da guarda municipal no que couber;

XXVIII - decretar situação de calamidade pública ou estado de emergência nos casos previstos em Lei;

XXIX - elaborar o Plano Diretor;

XXX - encaminhar ao Tribunal de Contas dos Municípios trimestralmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês subsequente ao trimestre vencido balancete da Receita e das Despesas realizadas, acompanhadas dos respectivos comprovantes;

XXXI - exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica;

§ 1º. - O Prefeito poderá delegar por decreto aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva.

§ 2º. - O Prefeito, até 30 (trinta) dias após encerrada a vigência do Convênio, deverá remeter à Câmara Municipal, cópia do Convênio assinado acompanhado do Plano de Aplicação e respectiva prestação de contas.

SEÇÃO III

DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 75 - São crimes de responsabilidade apenados com perda de mandato, os atos do Prefeito previsto em Lei Especial e os que atentarem contra a Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica do Município e especialmente contra:

I - a existência do Município;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, Judiciário e do Ministério Público;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do Município;

V - a probidade na administração;

VI - a Lei Orçamentária;

VII - o cumprimento das Leis e das decisões judiciais.

Parágrafo Único - Esses crimes serão definidos em Lei Especial, que estabelecerá as normas processuais e serão julgadas pela Câmara Municipal.

Art. 76 - As infrações político-administrativas do Prefeito Municipal, as definidas em Lei Especial, e nesta Lei Orgânica serão processadas e julgadas pela Câmara Municipal, sancionadas com a perda do mandato.

Parágrafo Único - Após a Câmara declarar a admissibilidade da acusação contra o Prefeito, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, será ele submetido a julgamento perante a própria Câmara, nas infrações político-administrativas, assegurando-lhe ampla defesa.

Art. 77 - O Prefeito ficará suspenso de suas funções:

I - nas infrações penais, comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Tribunal de Justiça;

II - nas infrações político-administrativas, e crime de responsabilidade após instauração de processo pela Câmara Municipal.

§ 1º. - Se, decorrido prazo de 180 (cento e oitenta) dias o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Prefeito, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 2º.- Enquanto não sobrevier sentença condenatória nos crimes de responsabilidade e infrações comuns, o Prefeito não estará sujeito a prisão.

§ 3º. - Nos casos dos itens I e II deste artigo, a comunicação ao Prefeito será feita pela Câmara.

SEÇÃO IV DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 78 - Os Secretários Municipais, como agentes políticos, de livre nomeação e exoneração, são escolhidos dentre brasileiros maiores de 21 anos, no gozo de seus direitos políticos e estão sujeitos desde a posse, as mesmas incompatibilidades e proibições para Vereadores.

Parágrafo Único - Compete aos Secretários Municipais dentre outras atribuições estabelecidas nesta Lei Orgânica e outras fixadas em Lei Ordinária.

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito;

II - apresentar ao Prefeito, relatórios anual de sua gestão na Secretaria;

III - expedir instruções para execução das Leis, Decretos e Regulamentos;

IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;

V - comparecer à Câmara Municipal nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 79 - A Lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais.

§ 1º. - Nenhum órgão de administração pública, deixará de ser vinculado a uma Secretaria Municipal.

§ 2º. - A Chefia do Gabinete do Prefeito e a Procuradoria Geral do Município, terão a estrutura de Secretaria Municipal.

SEÇÃO V DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 80 - A Procuradoria Geral do Município é a instituição que representa o Município, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, ainda, nos termos da Lei Especial as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo, e, privativamente, a execução da dívida ativa de natureza tributária.

Art. 81 - A Procuradoria Geral do Município reger-se-á por Lei Própria, atendendo-se com relação aos seus integrantes, o disposto nos artigos 37, XXII, 39 § 1º. e 135 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A Procuradoria Geral do Município tem por chefe o Procurador Geral do Município, de livre designação do Prefeito, dentre bacharéis em direito de reconhecido saber jurídico, reputação ilibada e preferencialmente com experiência em áreas diversas da Administração Municipal, na forma da Legislação Específica.

SEÇÃO VI DO CONSELHO DO MUNICÍPIO

Art. 82 - O Conselho do Município é órgão superior de consulta do Prefeito e deles participam:

I - o Vice-Prefeito;

- II - o Presidente da Câmara Municipal;
- III - os líderes da maioria e minoria na Câmara Municipal;
- IV - o Procurador Geral do Município;
- V - 6 (seis) cidadãos brasileiros com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade, sendo 3 (três) nomeados pelo Prefeito e 3 (três) indicados pela Câmara Municipal, todos com mandato de 2 (dois) anos vedada a recondução;

VI - 1 (um) membro de cada associação representativa de bairro, por esta indicado para o período de 2 (dois) anos vedada a recondução.

Art. 83 - Compete ao Conselho do Município pronunciar-se sobre questões de relevante interesse para o Município.

§ 1º. - O Conselho do Município será convocado pelo Prefeito, sempre que entender necessário;

§ 2º. - O Prefeito poderá convocar Secretário Municipal para participar da reunião do conselho, quando constar da pauta, questão relacionada da respectiva Secretaria.

§ 3º. - Os membros do Conselho do Município não serão remunerados, considerando-se seus serviços como relevantes para o Município.

§ 4º. - O Conselho será constituído por Presidente, Vice-Presidente, 1º. e 2º. Secretários.

SEÇÃO VII DA GUARDA MUNICIPAL

Art. 84 - A Guarda Municipal destina-se à proteção dos bens, serviços e instalações do Município e terá organização, funcionamento e comando na forma da Lei Especial.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL CAPÍTULO I DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 85 - O Município deverá organizar a sua administração, exercer suas atividades e promover sua política de desenvolvimento urbano dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo aos objetivos e diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e mediante adequado sistema de planejamento.

§ 1º. - O Plano Diretor é o instrumento orientador e básico dos processos de transformação do espaço urbano e de sua estrutura territorial, servindo de referência para todos os agentes públicos e privados que atuam na cidade.

§ 2º. - O Sistema de Planejamento é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos voltados à coordenação da ação planejada da Administração Municipal.

§ 3º. - Será assegurada, pela participação em órgão competente do sistema de planejamento, a cooperação de associações representativas, legalmente organizadas, com o planejamento municipal.

Art. 86 - A delimitação da zona urbana será definida por Lei, observado o estabelecido no Plano Diretor.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 87 - A Administração Municipal compreende:

I - Administração Direta: Secretarias ou órgãos equiparados;

II - Administração Indireta: representada pelos órgãos dotados de personalidade jurídica própria;

Parágrafo Único - As entidades compreendidas na Administração Indireta serão criadas por Lei específica e vinculadas às Secretarias ou órgãos equiparados, em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

Art. 88 - A Administração Municipal, direta e indireta, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

§ 1º. - Todo órgão ou entidade municipal prestará aos interessados, no prazo da Lei e sob pena de responsabilidade funcional, as informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível, nos casos referidos na Constituição Federal.

§ 2º. - O atendimento à petição formulada em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de certidões junto a repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, independerá de pagamento de taxas.

§ 3º. - A publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos ou entidades municipais deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar normas, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou funcionários públicos.

Art. 89 - A publicação das Leis e Atos municipais será feita na Imprensa Oficial do Município, inexistindo esta, no jornal de maior circulação, ou em local de fácil acesso ao público, ou até mesmo em órgão de divulgação sonora.

§ 1º. - A publicação dos Atos não normativos poderá ser resumida.

§ 2º. - Os atos de efeitos externos só produzirão efeitos após a sua publicação.

Art. 90 - O Município manterá a Guarda Municipal destinada à proteção das instalações, bens e serviços municipais, conforme dispuser a Lei.

Parágrafo Único - A Lei poderá atribuir à Guarda Municipal a função de apoio aos serviços municipais afetos ao exercício do poder de polícia no âmbito de sua competência, bem como a fiscalização de trânsito.

CAPÍTULO III DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 91 - A realização de obras públicas municipais deverá estar adequada às diretrizes do Plano Diretor.

Art. 92 - Ressalvadas as atividades de planejamento e controle, a Administração Municipal poderá desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que conveniente ao interesse público, a execução indireta, mediante concessão ou permissão de serviço público ou de utilidade pública, verificado que a iniciativa privada esteja suficientemente desenvolvida e capacitada para o seu desempenho.

§ 1º. - A permissão de serviço público ou de utilidade pública, sempre a título precário, será outorgada por decreto, após edital de chamamento do interessado para escolha do maior pretendente. A concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato precedido de licitação.

§ 2º. - O município poderá retomar sem indenização os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato do contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

Art. 93 - A Lei Específica disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos ou de

utilidade pública, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão.

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter o serviço adequado;

V - as reclamações relativas à prestação de serviços públicos ou de utilidade pública.

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos ou de utilidade pública deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo em vista a justa e justa remuneração.

Art. 94 - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da Lei a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica e indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 95 - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares ou mediante consórcio com outros municípios.

§ 1º.- A constituição de consórcios municipais dependerá de autorização legislativa.

§ 2º. - Os consórcios manterão um conselho consultivo, do qual participarão os municípios integrantes, além de uma autoridade executiva e um conselho fiscal de municípios não pertencentes ao serviço público.

§ 3º. - Independerá de autorização legislativa e das exigências estabelecidas no parágrafo anterior, ou consórcio constituído entre Municípios para a realização de obras e serviços cujo valor não atinja o limite exigido para licitação mediante convite.

CAPÍTULO IV DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 96 - Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Art. 97 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 98 - A alienação de bens municipais, subordinados à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, constando da Lei e da escritura os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;

b) permuta;

c) venda de ações que será obrigatoriamente efetuada em bolsa.

II - quando móveis, dependerá de licitação, dispensada esta, nos seguintes casos:

a) doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social;

b) permuta;

§ 1º. - O Município preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e licitação. A licitação poderá ser dispensada por Lei, quando o uso de destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público devidamente justificado.

§ 2º. - A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultante de obra pública, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa. As áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.

Art. 99 - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 100 - O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso ou quando houver interesse público devidamente justificado.

§ 1º - A concessão administrativa de bens públicos de uso especial e dominicais dependerá de Lei e licitação e far-se-á mediante contrato sob pena de nulidade do ato. A licitação poderá ser dispensada mediante Lei, quando o uso de concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 2º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente será outorgada mediante autorização legislativa.

§ 3º - A permissão que pode incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário por decreto.

§ 4º - A autorização que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, salvo quando para fim de formar canteiro de obra pública, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra.

Art. 101 - poderão ser cedidos a particular, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do Município e o interessado recolha previamente, a remuneração arbitrada e assine o termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens no estado em que os haja recebido.

Art. 102 - Poderá ser permitido a particular, a título oneroso ou gratuito, conforme o caso, o uso do subsolo ou do espaço de passagem destinada à segurança ou conforto dos transeuntes e usuários ou para outros fins de interesse urbanístico.

CAPÍTULO V

DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 103 - O regime jurídico dos servidores da Administração Pública Direta, das autarquias e das fundações públicas é o Estatutário, atendendo às disposições, aos princípios e aos direitos que lhe são aplicáveis pela Constituição Federal, dentre as quais, os concernentes a:

I - salário mínimo, capaz de atender às necessidades vitais básicas do servidor e as de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, como reajustes periódicos, de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, vedado sua vinculação para qualquer fim.

II - irredutibilidade do salário ou vencimento, observado o disposto no artigo 113;

III - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável;

IV - décimo terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V - remuneração do trabalho noturno superior ao diurno;

VI - salário família aos dependentes;

VII - duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada na forma da Lei;

VIII - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

IX - serviço extraordinário com remuneração, no mínimo superior a 50% (cinquenta por cento) ao valor da hora normal;

X - gozo de férias anuais remunerada, pelo menos, 1/3 (um terço) a mais do que o salário normal;

XI - licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração

de 120 (cento e vinte) dias, bem como licença paternidade, nos termos fixados em Lei;

XII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da Lei;

XIV - proibição de diferença de salário e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Art. 104 - É garantido o direito à livre associação sindical. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em Lei própria.

Art. 105 - A primeira investidura em cargo ou emprego público depende sempre de aprovação prévia em concurso público de prova ou de provas ou títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em Lei de livre nomeação e exoneração. O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, prorrogável por uma vez por igual período.

Art. 106 - Será convocado para assumir o cargo ou emprego aquele que for aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, com prioridade, durante o prazo previsto no edital de convocação, sobre novos concursados, na carreira.

Art. 107 - São estáveis, após 2 (dois) anos de efetivo exercício os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º. - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º. - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro emprego ou posto em disponibilidade.

§ 3º. - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 108 - Os cargos em comissão e funções de confiança na administração serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional nos casos e condições previsto em Lei.

Art. 109 - Lei específica reservará percentual dos empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Art. 110- Lei específica estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 111 - O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissionais ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em Lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) anos, se mulher, com proventos integrais;

b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco), se professora, com proventos integrais;

c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade se homem, e aos 60 (sessenta) anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º. - A Lei poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º. - A Lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º. - O termo de Serviço Público Federal, Estadual e Municipal ou particular, será

computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 4º. - Os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores públicos em atividade, e estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei.

§ 5º. - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em Lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 112 - A revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data e com os mesmos índices.

Art. 113 - A Lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos da Administração Direta ou Indireta, observado, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração em espécie pelo Prefeito.

Art. 114 - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Art. 115 - A Lei assegurará aos servidores da Administração direta isonomia de vencimentos entre cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Art. 116- É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal de serviço público municipal, ressalvado o disposto no artigo anterior.

Art. 117 - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário:

I - a de 2 (dois) cargos de professor;

II - a de 1 (um) cargo de professor com outro técnico ou científico;

III - a de 2 (dois) cargos privativos de médico.

Parágrafo Único - A proibição de acumular estendem-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.

Art. 118 - Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Art. 119 - Os cargos públicos serão criados por Lei, que fixará sua denominação, padrão de vencimentos, condições de provimento e indicará os recursos pelos quais serão pagos a seus ocupantes.

Parágrafo Único - A criação ou extinção dos cargos da Câmara Municipal, bem como a fixação e alteração de seus vencimentos, é de competência da Mesa Diretora, com base na Lei Municipal.

Art. 120 - O servidor municipal será responsável civil, criminal e administrativamente pelos atos que praticar no exercício de cargo ou função a pretexto de exercê-lo.

Parágrafo Único - Caberá ao Prefeito e ao Presidente da Câmara decretar a prisão administrativa dos servidores que sejam subordinados, omissos ou remissos na prestação de contas de dinheiros públicos sujeitos a guarda.

Art. 121 - O servidor municipal poderá exercer mandato eletivo, obedecidas as disposições legais vigentes.

Art. 122 - Os titulares de órgãos da administração da Prefeitura deverão atender convocação da Câmara Municipal para prestar esclarecimento sobre assuntos de sua competência.

Art. 123 - O Município estabelecerá por Lei, o regime previdenciário de seus servidores.

TÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CAPÍTULO I DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 124 - Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I - Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II - Imposto sobre a Transmissão “inter-vivos”, a qualquer título por ato oneroso;

a) de bens imóveis por natureza ou acessão física;

b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

c) cessão de direitos à aquisição de imóvel;

III - Imposto sobre venda a varejo de combustível líquido e gasoso, exceto óleo diesel;

IV - imposto sobre serviços de qualquer natureza, não incluída na competência estadual compreendida no art. 155, I, b da Constituição Federal, definidos em Lei complementar;

V - taxas;

a) em razão do exercício do poder de polícia;

b) pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VI - contribuição de melhoria, decorrente de obra pública;

VII - contribuição para custeio de sistemas de previdência e assistência social;

§ 1º. - O imposto previsto no inciso I será progressivo na forma a ser estabelecida em Lei de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º. - O imposto previsto no inciso II:

a) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

b) incide sobre imóveis situados na zona territorial do Município;

§ 3º. - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 4º. - A contribuição prevista no inciso VII será cobrada dos servidores municipais e em benefício destes.

CAPÍTULO II DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 125- É vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributos sem que a Lei o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, observada a proibição constante do art. 150, II, da Constituição Federal.

III - cobrar tributos:

a) relativamente a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da Lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a Lei que os instituiu ou aumentou.

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - instituir impostos sobre:

a) patrimônio e serviços da União e dos Estados;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio e serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins

lucrativos, atendidos os requisitos da Lei;

VI - conceder qualquer anistia ou remissão que envolva a matéria tributária ou previdenciária, senão mediante a edição de Lei Municipal Específica;

VII - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

VIII - instituir taxas que atentem contra:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

CAPÍTULO III DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Art. 126 - Pertencente ao Município:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município, suas autarquias e fundações que institua e mantenha;

II - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do Imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no território do Município;

III - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do Imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território do Município;

IV - 25% (vinte e cinco por cento) do produto de arrecadação do Imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

§ 1º. - As parcelas de receita pertencentes ao Município, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

a) 3/4 (três quartos), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seu território;

b) até 1/4 (um quarto), de acordo com o que dispuser Lei Estadual.

§2º. - Para fins do disposto no parágrafo 1º., a, deste artigo, Lei Complementar definirá valor adicionado.

Art. 127 - A União entregará ao Município 70% (setenta por cento) do montante arrecadado relativo ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros ou relativas a títulos ou valores mobiliários que venha a incidir sobre ouro originário do Município.

Art. 128 - O Estado entregará ao Município 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos que receber da União, a título de participação do Imposto sobre Produtos Industrializados, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II, da Constituição Federal.

Art. 129 - O Município divulgará até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, dos recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Art. 130 - Aplicam-se à Administração Tributária e Financeira do Município o disposto nos artigos 34, §§ 1º. e 2º., I, II, III, §§ 3º., 4º., 5º., 6º., 7º. e o artigo 41, §§ 1º. e 2º. do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV DO ORÇAMENTO

Art. 131 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§ 1º. - A Lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma setorializada, as diretrizes, objetivos, as diretrizes, objetivos e metas da Administração para as despesas de capital e outras dela decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º. - A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro, subsequente, orientará a elaboração a elaboração da Lei Orçamentária Anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 3º. - O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º. - Os planos e programas setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

Art. 132 - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I - Orçamento fiscal referente aos Poderes Municipais, fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a elas vinculados, da Administração Direta ou Indireta, bem como fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

§ 2º. - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de operação de crédito, inclusive por antecipação de receita, nos termos da Lei.

Art. 133 - Os projetos de lei relativos ao orçamento anual, ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e os créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal na forma de seu Regimento.

§ 1º. - Caberá a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, especialmente designada:

I - examinar e emitir parecer sobre projetos, planos e programas, bem assim sobre as contas apresentadas pelo Prefeito;

II - exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária;

§ 2º. - As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, que será apreciada pela Câmara Municipal. As emendas apresentadas em Plenário sobre a matéria que estiver sendo discutida, terá a sessão suspensa pelo Presidente, que despachará a emenda para a Comissão pronunciar-se, marcando nova sessão para discussão e votação.

§ 3º. - As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento ou de Crédito Adicionais somente poderão ser aprovadas quando:

I - compatíveis com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviços da dívida.

III - relacionados com a correção de erros ou omissões;

IV - relacionadas com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 4º. - As emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias somente poderão ser aprovadas quando compatíveis com o plano plurianual.

§ 5º. - O Poder Executivo poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º. - Os Projetos de Lei do Plano Plurianual, ondas diretrizes orçamentárias e do

orçamento anual serão enviados pelo Prefeito à Câmara Municipal, obedecidos os critérios a serem estabelecidos em lei complementar.

§ 7º. - Aplicam-se os projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto neste capítulo, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º. - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondente poderão ser utilizadas, conforme o caso, mediante crédito especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 134 - São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovadas pela Câmara por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvada a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, como estabelecido na Constituição Federal, e a prestação de garantias as operações de crédito por antecipação da receita;

V - abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º. - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem Lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º. - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º. - A abertura de crédito extraordinário somente será admitido para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

Art. 135 - Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias, inclusive créditos suplementares e especiais, destinadas ao Poder Legislativo, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 136 - A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder aos limites estabelecidos em Lei complementar.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

TÍTULO V

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA E SOCIAL

Art. 137 - O Município, na sua circunscrição territorial e dentro de sua competência constitucional, assegura a todos, dentro dos princípios da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, existência digna, observados os seguintes princípios:

- I - autonomia municipal;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente;
- VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII - busca do pleno emprego;
- IX - tratamento favorecido para as cooperativas e empresas brasileiras de pequeno porte e microempresa;

§ 1º. - É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica independentemente de autorização dos órgãos públicos municipais, salvo nos casos previstos em Lei.

§ 2º. - Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público Municipal dará tratamento preferencial, na forma da Lei à empresas brasileiras de capital nacional.

§ 3º. - A exploração direta da atividade econômica, pelo Município, só será permitida em caso de relevante interesse coletivo, na forma da Lei complementar que, dentre outras, especificará as seguintes exigências para as empresas públicas e sociedade de economia mista ou entidades que criar ou manter:

- I - regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto as obrigações trabalhistas e tributárias;
- II - proibição de privilégios fiscais não extensivo ao setor privado;
- III - subordinação a uma Secretaria Municipal;
- IV - adequação de atividade ao plano diretor, plano plurianual e as diretrizes orçamentárias;
- V - orçamento anual aprovado pelo Prefeito.

Art. 138 - O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA URBANA

Art. 139 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes fixadas em leis, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade e seus bairros, do distrito e dos aglomerados urbanos e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º. - O Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 2º. - A propriedade cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação urbana expressas no Plano Diretor.

§ 3º. - Os imóveis urbanos desapropriados pelo Município serão pagos com prévia e justa indenização em dinheiro, salvo nos casos dos incisos III, do parágrafo seguinte.

§ 4º. - O proprietário do solo urbano incluído no Plano Diretor, com área não edificada ou

não utilizada, nos termos da Lei Federal, deverá promover seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente de:

- I - parcelamento ou edificação compulsória;
- II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo ao tempo;
- III - desapropriação com pagamento mediante título da dívida pública municipal de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate até 10 (dez) anos, em parcelas, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais;

Art. 140 - O Plano Diretor do Município contemplará áreas de atividade rural produtiva, respeitadas as restrições decorrentes da expansão urbana, devendo incluir entre suas diretrizes, discriminação de terras públicas destinadas prioritariamente, ao assentamento de famílias de baixa renda.

Parágrafo Único - Compete a Administração Municipal promover e executar programas de construção de moradias populares e garantir em nível compatível com a dignidade da pessoa humana, condições habitacionais, de saneamento básico e acesso ao transporte.

CAPÍTULO III **DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA**

Art. 141- A Política Agrícola e Fundiária será formulada e executada com efetiva participação dos diversos setores de produção, especialmente as representações de produtores, proprietários e trabalhadores rurais, visando a fixação do homem na zona rural, propiciando-lhe melhores condições de vida, justiça social e aumento da produção agrícola, principalmente, da produção de alimentos através do implemento de tecnologias adaptadas às condições regionais, nos termos da Lei e levando em conta, preferencialmente:

- I - A regionalização da política, considerando as peculiaridades regionais;
- II - o direcionamento obrigatório e prioritário dos recursos, programas e outros meios de fomento da política de desenvolvimento agrícola para unidades familiares, cooperativas e outras associativas de trabalhadores rurais que produzem em áreas de até 100 (cem) hectares;
- III - a instituição de um sistema de planejamento agrícola integrado, visando o desenvolvimento rural;
- IV - o investimento em benefícios sociais, inclusive eletrificação para pequenos produtores e comunidades rurais;
- V - a criação de patrulhas mecanizadas para atendimento aos pequenos produtores as quais devem ser gerenciadas com participação dos beneficiários;
- VI - a construção e manutenção de estradas vicinais do Município, obedecendo o plano de conservação do solo e objetivando o escoamento da produção;
- VII - estabelecimento de mecanismo de apoio entre outras:
 - a) orientação, assistência técnica e extensão rural e oficial obrigatória aos pequenos produtores;
 - b) fiscal e financeira aos programas destinados aos pequenos produtores;
 - c) a pesquisa e tecnologia que levem em conta a realidade econômica e social dos pequenos agricultores e os aspectos ambientais, visando a melhoria da produção através da criação de um centro agrícola sempre com a participação das comunidades ligadas ao setor, possibilitando aos pequenos produtores o acesso às sementes e matrizes de animais;
 - d) à sistema de seguros agrícolas que forneça total garantia aos riscos de produção dos pequenos produtores;
 - e) a complementação dos serviços voltados para comercialização agrícola, armazenagem, transporte e abastecimento local;
 - f) organização dos produtores em sindicatos, cooperativas, associação de classe e demais formas associativas, recebendo a atenção preferencial em sua instituição e consolidação,

garantindo-se a autonomia de ação;

g) à implantação no Município de pequenas agroindustrias comunitárias para industrialização dos produtores agrícolas, criando condições e apoiando financeiramente;

h) à irrigação e drenagem, podendo criar um serviço municipal para escavação de poços artesianos onde houver necessidade;

i) ao estabelecimento dos postos de produção dos principais produtos agrícolas do Município, objetivando o estabelecimento de preços mínimos condizentes com a realidade municipal;

j) a comercialização direta pelos pequenos produtores aos consumidores do meio urbano, organizando entre outros, feiras livres;

l) à programação de produção de alimentos para autoconsumo e comercialização no próprio Município ou região dos pequenos produtores, facilitando a integração com programas de distribuição de custos mais baixos;

m) ao armazenamento de produtos básicos oriundos dos pequenos produtores, garantindo o abastecimento local.

Art. 142 - O Município implantará projetos de cinturão verde para a produção de alimentos, bem como estimulará as formas alternativas de venda do produto agrícola diretamente aos consumidores, principalmente aos bairros da periferia.

Art. 143 - O Município destinará, entre outros recursos, anualmente como incentivo à produção agrícola destinada ao abastecimento, como meio de produção ao trabalhador rural e para sua promoção técnica, nos termos do artigo 158, II, da Constituição Federal.

Art. 144 - O Município criará o Conselho Municipal de política agrícola e agrária, constituído por representantes do Poder Público e, majoritariamente, por representante da sociedade civil através de entidades ligadas a questão agrícola e agrária, inclusive sindicais, profissionais econômicas, paritariamente nos termos da Lei.

Parágrafo Único - Compete-lhe, entre outras atribuições aprovar planos e programas agrícolas, opinar sobre a concessão de terras públicas, julgar a relevância ou não para o Município, a implantação de projetos agroindustriais, agropecuário e agrossilvicultura.

Art. 145 - Observada a Lei Federal o Poder Público Municipal promoverá todos os esforços no sentido de participar do processo de implantação da Reforma Agrária, através:

a) da criação de uma comissão agrária municipal, com participação de todos os segmentos sociais organizados do Município, principalmente de trabalhadores rurais e produtores com ou sem terras, a fim de discutir, planejar e executar todas as ações inerentes a esta questão;

b) da identificação de terras devolutas ou improdutivas, para o imediato assentamento de trabalhadores rurais com ou sem terra, preferencialmente do próprio Município, discutir a forma, concessão de uso e alienação;

c) do cadastramento de trabalhadores rurais sem terra e pequenos produtores com pouca terra, incluindo-se aí os posseiros, arrendatários, meeiros, potenciais beneficiários da reforma agrária, contando, para isto, com a participação efetiva do sindicato dos trabalhadores rurais do Município;

d) da colocação de seus órgãos e recursos afins, no sentido de participar efetivamente da implantação da Reforma Agrária do Município, juntamente com os organismos Federal e Estadual, desempenhando ações concretas, como a construção de estradas e infra-estrutura básica, atendimento à saúde, educação, apoio e orientação técnica e extensão rural, além de outras ações e serviços indispensáveis à viabilização dos assentamentos.

Art. 146 - O Município estimulará o agricultor na forma de:

I - cooperativas de agricultura e criadores;

II - cooperativas de abastecimento rural e urbano.

Art. 147 - O município fomentará convênio com o Estado para garantir: a assistência técnica ao agricultor, equipamentos agrícolas.

Art. 148 - O Poder Público Municipal legalizará junto ao órgão competente, as terras dos agricultores, custendo com as taxas de vistoria e demarcação das áreas doadas pelo Governo

Estadual.

Art. 149 - O Governo Municipal desenvolverá programas específicos de apoio a pesca artesanal e piscicultura, respeitando o disposto na Constituição Estadual, criando mecanismo necessário a viabilização, com a participação efetiva das entidades dos pescadores.

Art. 150 - O Município garantirá, através de ações e dotações orçamentárias, programas específicos de pesquisa, assistência técnica e extensão pesqueira.

§ 1º. - Será criado mecanismo que garante a comercialização direta entre pescadores e consumidores;

§ 2º. - A Lei disporá sobre os períodos e áreas de pesca, com participação ativa dos órgãos de representação legítima dos pescadores, objetivando preservar a fauna aquática.

CAPÍTULO IV DOS TRANSPORTES

Art. 151 - O transporte é um direito fundamental do cidadão, sendo de responsabilidade do Poder Público Municipal o planejamento e o gerenciamento, cuja execução será realizada de modo indireto, por concessão ou autorização observados os seguintes princípios:

I - higiene, segurança e conforto do usuário;

II - desenvolvimento econômico.

Art. 152 - O Município implantará e manterá política de infra estrutura adequada para embarque e desembarque de passageiros e de produtos de primeira necessidade, transportando por vias terrestres e aquática.

Art. 153 - Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos é garantida a gratuidade de transportes coletivos de qualquer natureza, urbanos, metropolitano, rurais ou intermunicipais, mediante a simples apresentação de carteira de identidade ou documento similar, punível o descumprimento com sanções administrativas, sem prejuízo de outras cominações legais.

CAPÍTULO V DO MEIO AMBIENTE

Art. 154 - Todos têm direito ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a comunidade o dever de defendê-lo e preservá-lo para o benefício das gerações atuais e futuras.

§ 1º. - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Município:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - definir, em lei complementar, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos, e na forma de permissão para a alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

III - exigir na forma da lei, para instalação de obra, atividade ou parcelamento do solo potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente estudo prático de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

IV - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

V - promover a educação ambiental na sua rede de ensino e a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente;

VI - proteger a flora e a fauna, vedadas, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam animais a crueldade.

§ 2º. - Os manguezais, as praias, os costões e a mata do território municipal ficam sob a

proteção do Município e sua utilização far-se-á na forma da Lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de recursos naturais.

§ 3º. - Aquele que explorar recursos minerais, inclusive extração de areia, cascalho ou pedreiras, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente e na forma da Lei.

§ 4º. - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções administrativas e penais, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 155 - O Município criará Conselho de Defesa de Meio Ambiente, destinado a ser órgão consultivo, orientador e normativo do Município no que diz respeito a sua política de expansão, desenvolvimento e prevenção e defesa de sua ecologia.

Parágrafo Único - O Conselho de Defesa do Meio Ambiente do Município, desenvolverá suas atividades objetivando:

I - definir política de preservação do meio ambiente;

II - receber, analisar reclamação, sugestões ou propostas de entidades representativas ou de qualquer munícipe;

III - proceder estudos de aperfeiçoamento contra poluição dos cursos d'água, do ar, e do devastamento do Município;

IV - informar, conscientizar e motivar os munícipes por todos os meios de divulgação, escrita, falada, cursos e conferências e outras promoções com o mesmo objetivo;

V - assegurar o ensino público Municipal, da disciplina que leve ao estudante do primeiro grau ter conhecimento para que possa haver maior respeito pelo meio ambiente;

VI - propor ao Executivo Municipal a confecção de uma cartilha de conscientização do homem rural para o controle da extração do palmito de açaí e madeira;

VII - proibir o corte de açazais para qualquer tipo de comércio e ligação;

VIII - proibir o corte de árvores para comercialização em toras para fora do Município, com menos de 100 (cem) centímetros de diâmetro.

Art. 156 - O Conselho de Defesa do Meio Ambiente, deverá ser ouvido quando na implantação de projetos que envolvam a industrialização de madeira, palmito de açaí, bem como outras indústrias cujas matérias-primas possam causar riscos à saúde, integridade física ou a vida de seus empregados ou moradores circunvizinhos.

Art. 157 - O Conselho de Defesa do Meio Ambiente compor-se-á de 7 (sete) a 15 (quinze) membros, indicados a critério do Prefeito, apontado entre os cidadãos de preferência representantes de instituições, entidades ou associações, devidamente legalizada.

Art. 158 - Comporão, obrigatoriamente, o Conselho, um representante dos seguintes órgãos:

I - do Poder Executivo;

II - do Poder Legislativo;

III - da Secretaria de Saúde do Município;

IV - do Setor de Educação do Município ou Secretaria de Educação Municipal.

Art. 159 - Na busca da preservação do meio ambiente natural e para garantia da manutenção e reprodução dos cardumes de peixe, fica proibido a utilização de veneno na água, como do timbó, uso de malhadeira fina e matapi fino.

§ 1º. - Fica vedado o corte de palmito de açaí nas áreas de manutenção para fins comerciais.

§ 2º. - Fica vedado o corte da madeira fina até 10 (dez) polegadas e em toras para comercialização, até 100 (cem) centímetros, permitido apenas com autorização do Poder Executivo, mesmo que as áreas sejam de propriedade privada.

§ 3º. - Fica vedado as tapagens de nascentes de rios e igarapés na época da desova de peixes, permitida a pesca artesanal moderada após o período da piracema.

§ 4º. - O reflorestamento é uma obrigação do cortador ou empresa madeireira, que se fará na forma da Legislação Federal.

DA ORDEM SOCIAL
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 160 - A Ordem Social tem por base o primado do trabalho e como objetivo o bem estar e a justiça social.

Parágrafo Único - As ações do Poder Público estão voltadas para as necessidades sociais básicas dos munícipes.

Art. 161 - O Município assegurará, em seus orçamentos anuais a sua parcela de contribuição para financiar a seguridade social.

SEÇÃO II
DA SAÚDE E DO SANEAMENTO

Art. 162 - A saúde é direito de todos e dever do Município, assegurados mediante políticas econômicas e ambientais que visem a preservação e/ou eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal igualitários às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

§ 1º - É assegurado a todos o atendimento médico emergencial nos estabelecimentos de saúde públicos ou privados.

§ 2º - É dever dos poderes públicos municipais, garantir o bem-estar biopsicosocial de sua população, considerando-o em todo sem contexto sócio-geográfico-cultural.

Art. 163 - O Município integra com a União e o Estado, com recursos da seguridade social, o Sistema Único Descentralizado de Saúde, cujas ações e serviços públicos na sua circunscrição territorial são por ele dirigidos, com as seguintes diretrizes:

I - atendimento integral, com propriedades para as atividades preventivas, sem prejuízo de serviços assistenciais;

II - participação da comunidade.

§ 1º - A assistência à saúde é livre a iniciativa privada.

§ 2º - As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 3º - É vedado ao Município a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 4º - O gestor do Sistema Único de Saúde do Município não poderá, durante sua gestão, ocupar cargo de direção em empresas do setor privado.

§ 5º - Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições:

I - ordenar a formação de recursos humanos da área de saúde;

II - participar da formação política das ações de saneamento básicos;

III - fiscalizar, inspecionar alimentos bem como bebidas e água para o consumo humano;

IV - colaborar com a proteção do meio ambiente.

Art. 164 - É assegurado a criação de uma Comissão Municipal composta por entidades representativas, gestor do Sistema Único de Saúde Descentralizado de Saúde com poder de liberação sobre os assuntos referentes a saúde.

Art. 165 - As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constitui o Sistema Municipal de Saúde, do Sistema Único que se refere o artigo 198 da Constituição Federal, e do Sistema Estadual de Saúde, a que se refere o artigo 265 da Constituição Estadual, sendo organizado de acordo com as diretrizes federais e estaduais e mais as seguintes:

I - integração das ações e serviços de saúde adequado às diversas realidades epidemiológicas;

II - universalização da assistência e igual qualidade, com instalação e acesso a todos os níveis de serviço de saúde à população;

III - constituição do Conselho Municipal de Saúde e Saneamento, e órgão deliberativo na informação, controle e avaliação das políticas e ações de saúde ao nível do Município, sendo composto por representantes do Poder Público e, majoritariamente da sociedade civil através de membros da comunidade eleitos pelas organizações populares, e de profissionais de saúde, eleito por duas categorias, competindo-lhe:

a) propor políticas, programas e projetos integrados de saúde e de saneamento, adequados às necessidades da população;

b) acompanhar, analisar, avaliar, fiscalizar e controlar a formulação e realização de políticas integrados de saúde e saneamento;

c) analisar, fiscalizar e controlar a aplicação e o uso das verbas das ações do Sistema Municipal de Saúde, opinando previamente ao Poder Legislativo sobre orçamento anual do setor;

d) realizar conferências anual de saúde, com objetivo de analisar a avaliação das ações do Sistema Municipal de Saúde subsidiando novos programas.

SEÇÃO III DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 166 - O Município executará na sua circunscrição territorial, com recursos da seguridade social, consoante normas gerais Federais, os programas de ação governamental na área de assistência social.

§ 1º. - As entidades beneficentes e de assistência social sediadas no Município poderão integrar os programas referidos no *caput* deste artigo.

§ 2º. - A comunidade, por meio de suas organizações representativas, participarão na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

SEÇÃO IV DA EDUCAÇÃO

Art. 167 - A Educação, enquanto direito de todos, é dever do Município e da sociedade e deve ser baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, visando constituir-se em instrumento de desenvolvimento da capacidade de elaboração e de reflexão crítica da realidade.

Parágrafo Único - O Poder Público Municipal apoiará o desenvolvimento de propostas educativas diferenciadas com base nas novas experiências pedagógicas, através de programas especiais destinados a adultos, crianças, adolescentes, deficientes e trabalhadores, bem como à capacitação e habilitação de recursos humanos para a educação pré-escolar e de adultos.

Art. 168 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias, de concepção pedagógicas;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, vedada a cobrança de taxa ou contribuição, a qualquer título com qualquer finalidade, ainda que facultativa;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantido na forma do Estatuto do Magistério, do plano de carreira para o magistério, com piso salarial profissional, e ingresso no magistério público exclusivamente por concurso público de provas e títulos, e regime jurídico para todas as instituições mantidas pelo Município;

- VI - garantia de padrão de qualidade;
- VII - direito de organização autônoma dos diversos segmentos da comunidade escolar;
- VIII - livre acesso por parte dos membros da comunidade escolar, às informações sobre ele existentes nas instituições a que estiverem vinculadas.

Art. 169 - O atendimento educacional será especializado para os superdotados e para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, inclusive educação para o trabalho, ministrado preferencialmente na rede regular de ensino, nos diferentes níveis, resguardadas as necessidades de acompanhamento e adaptação garantindo-lhes materiais e equipamentos adequados.

Art. 170 - O Município organizará e manterá sistema de ensino próprio com extensão correspondente às necessidades locais e de educação geral e qualificação para o trabalho, respeitadas as diretrizes e as bases fixadas pela Legislação Federal e as disposições supletivas na Legislação Estadual.

§ 1º. - São órgãos normativos e fiscalizadoras do Sistema Municipal de Ensino nos termos da Lei:

I - O Conselho Municipal de Educação, constituído pelo Secretário Municipal de educação, como um membro nato, por representante da Câmara Municipal, majoritariamente, por membros eleitos da sociedade civil, inclusive, entidades sindicais profissionais e econômicas da educação, e estudantes, competindo-lhe dentre outras seguintes atribuições:

- a) definir proposta política educacional;
- b) estabelecer interpretação legislativa, como órgão normativo;
- c) analisar e aprovar em primeira instância o plano normativo de educação, elaborado pelo Poder Executivo;
- d) aprovar convênios celebrados com as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

II - os Conselhos Escolares são órgãos de aconselhamento, controle, fiscalização e avaliação do Sistema de Ensino, ao nível de cada estabelecimento escolar público ou naqueles que o Poder Público Municipal receba auxílio financeiro ou bolsas, ou constituindo-se crime de responsabilidade os atos que importem em embaraço ou impedimento de organização ou regular funcionamento, desses colegiados observando o seguinte:

a) os Conselhos terão seu funcionamento regulado em Lei, e serão constituídos pelo Diretor da Escola, pela representação equitativa eleita dos especialistas em educação, professores, alunos que tenham no mínimo 12 (doze) anos, pais de alunos, funcionários não docentes e comunidades onde se insere a escola;

b) os Conselhos dirigirão o processo de eleição direta para Diretor e Vice-Diretor da Escola, ficando o Secretário Municipal de Educação obrigado a nomear os nomes indicados, por delegação do Prefeito.

Art. 171 - O Sistema de Ensino do Município compreenderá obrigatoriamente:

I - serviços de assistência educacional que assegure condições de eficiência escolar aos alunos necessitados, compreendendo garantia de cumprimento de obrigatoriedade escolar, mediante auxílio de aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário, e outras formas eficazes de assistência familiar;

II - entidades que congregam professores e pais de alunos com objetivo de colaborar para o funcionamento eficiente de cada estabelecimento.

Art. 172 - Os planos e projetos necessários a obtenção de auxílios financeiros estadual ou federal aos programas de educação no Município, serão elaborados pela administração de ensino municipal, com a participação do Conselho Municipal de Educação, contando com a assistência técnica de órgãos competentes da administração pública.

Art. 173 - É assegurado aos estudantes de qualquer nível, o benefício de tarifa reduzida à metade, nos transportes urbanos, terrestres ou aquáticos mediante a apresentação da carteira escolar, expedida pela entidade estudantil que os representa a nível municipal.

Art. 174 - O Município prestará ajuda financeira, para custeio de ensino fora do Município, para filhos de pessoas residentes neste Município, com renda mensal inferior a 2 (dois) salários

mínimos, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º. - O benefício de que trata este artigo, obedecerá o seguinte critério:

I - estudantes cursando o 2º. Grau, 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo;

II - estudantes cursando o nível superior, 60% (sessenta por cento), sobre o salário mínimo;

§ 2º. - Os benefícios mencionados nos incisos I e II no parágrafo anterior, só serão efetivados aos estudantes menores de 18 (dezoito) anos.

§ 3º. - O órgão de assistência social executará triagem dos estudantes carentes e manterá rigoroso controle sobre concessão de benefício, fiscalizando sua aplicação, limite de idade, inclusive, excluindo os repetentes.

§ 4º. - Para execução do art. 174 o Executivo prestará ajuda financeira de acordo com as possibilidades financeiras do Município.

Art. 175 - O Município manterá o seu sistema de ensino com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação atuando prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º. - Os recursos para manutenção do ensino compreenderão:

I - 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo da receita resultante de impostos, compreendida a provenientes de transferências;

II - as transferências específicas da União e do Estado;

§ 2º. - Os recursos referidos no parágrafo anterior dirigidos, também às Escolas Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas, na forma da Lei, desde que atendidas as prioridades da rede de Ensino do Município.

Art. 176 - Integra o atendimento ao educando, os programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 177 - É assegurado ao professor da zona rural, curso de capacitação, para o melhoramento do nível da Educação do Município.

SEÇÃO V DA CULTURA

Art. 178 - A cultura, entendida como todo sistema interdependente e ordenado de atividades humanas na sua dinâmica, terá do Município o estímulo, a valorização e o apoio de tanto no que se refere ao patrimônio, como a produção cultural de sua população.

Art. 179 - O Poder Público garantirá o reconhecimento, a preservação e o desenvolvimento dos diferentes aspectos, fatores e atividades que compõem a identidade cultural do Município, através de:

I - levantamento da realidade/perfil cultural do Município, em todos os seus aspectos, visando recuperar a história da comunidade e investigar todos os seus bens culturais;

II - implantação de um sistema de captação, guarda, fluxo e uso de informações relativas à Cultura, de modo a organizar uma memória consistente sobre os mais diferentes aspectos da realidade cultural;

III - ampla circulação de todas as informações referentes a sua realidade cultural;

IV - criação de espaços para o pleno e adequado exercício da atividade cultural;

V - fortalecimento de entidades culturais privadas, de utilidade pública através do apoio técnico financeiro para incentivar a produção local sem fins lucrativos.

Parágrafo Único - O Município garantirá a manutenção e ampliação permanente dessa memória através da pesquisa, preservação, restauração do patrimônio documental, bibliográfico, museológico, histórico, artístico e arquivístico.

Art. 180 - Constituem produção e patrimônio culturais do Município as atividades e os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade local,

nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais;
- IV - as criações científicas, artística e tecnológicas;
- V - a cidade, os edifícios, os conjuntos urbanos e sítios de valor arquitetônico, histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, científico, e inerentes a relevantes narrativas da história cultural local;
- VI - a cultura indígena tomada isoladamente e em seu conjunto.

Art. 181 - O Poder Público atuará na área cultural através de planos específicos a serem desenvolvidos por unidade administrativa específica, para esse fim criada, com as seguintes características e funções;

I - Secretaria Municipal de Cultura com autonomia necessária para gerir a atividade cultural;

II - a Secretaria Municipal de Cultura terá infra estrutura própria de recursos humanos, materiais e financeiros condizentes com as necessidades da produção e do patrimônio cultural e com a disponibilidade do Poder Público;

III - à Secretaria Municipal de Cultura ficarão vinculados a biblioteca, museu, arquivo e/ou outros organismos e espaços culturais que o Município venha a criar;

IV - o Município investirá na formação e aperfeiçoamento de pessoal de modo a dispor de recursos humanos aptos na prática de suas funções, através da realização de cursos, treinamento, oficinas bem como de intercâmbio com outras instituições para a participação em eventos afins;

V - o Plano Municipal de Cultura será garantido mediante recursos financeiros específicos, tanto a nível de orçamento próprio, como de fonte alternativas de financiamentos;

VI - o planejamento e execução da atividade cultural serão procedidos mediante estreita articulação entre o Poder Público Municipal e os produtores culturais autônomos e organizados em entidades.

§ 1º. - Fica criado o Fundo Municipal de Cultura com recurso provenientes de percentual sobre a taxa de 5% (cinco por cento) incidentes sobre o imposto de renda devido das empresas instaladas no Município, de forma a assegurar o incremento da atividade cultural, dentro do que preceitua o item VII do artigo 192 da Constituição Federal.

§ 2º. - O Fundo do que trata o parágrafo anterior, será gerenciado pelo Poder Público Municipal através da unidade administrativa que gerencia a atividade cultural, com participação de entidades representativas dos diversos segmentos da área cultural.

Art. 182 - O Poder Público apoiará e acompanhará projetos voltados ao tombamento de bens culturais de modo a contribuir na preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural da região.

Parágrafo Único - O Município tomará a iniciativa de solicitar aos órgãos competentes o tombamento de bens de interesse histórico, artístico e cultural relevantes para identidade cultural do Município.

Art. 183 - Será criado o Conselho Municipal de Cultura, composto com a participação de representantes do Poder Público, e, majoritariamente, por representantes da sociedade civil eleitos pelas entidades ligadas a cultura, especialmente para esse fim, constituindo-se em órgão competente para controle e avaliação das políticas ações de cultura, competindo-lhe as seguintes atribuições, além de outras que a Lei dispuser:

I - propor políticas, programas e projetos de cultura em atendimento às necessidades da população que, sempre que preciso, de forma articulada com outras áreas de atividade;

II - acompanhar, analisar e avaliar formulação e implementação de políticas, programas e projetos na área cultural;

III - analisar, acompanhar e exercer o controle interno do uso e aplicação adequada dos recursos destinados às ações culturais, opinando previamente sobre a proposta orçamentária anual

do setor.

IV - realizar encontros periódicos com diversos segmentos da sociedade civil visando analisar e avaliar as ações culturais do Município, subsidiando novos planos e programas.

Art. 184 - O Poder Público Municipal apoiará e acompanhará projetos relacionados à área de interesse ecológico de forma a contribuir para preservação do patrimônio ambiental.

Art. 185 - O Município promoverá o levantamento e as divulgações das manifestações culturais da memória da cidade, e realização de concursos, exposições, e festivais e a publicação para sua divulgação.

Art. 186 - É assegurado o livre acesso a consulta dos arquivos da documentação oficial do Município.

SEÇÃO VI DO DESPORTO

Art. 187 - Cabe ao Município apoiar e incrementar as práticas desportivas na comunidade.

Art. 188 - O Município fomentará prática desportiva formais e não formais como direito de cada um, observada a autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações quanto a sua organização e funcionamento.

Art. 189 - O Município incentivará o lazer como forma de promoção social.

CAPÍTULO VII DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DO DEFICIENTE

Art. 190 - O Município dispensará proteção especial à família, proporcionando assistência à maternidade, à criança, ao adolescente e ao idoso, podendo para esse fim, realizar convênios, inclusive, com entidades assistenciais particulares.

Art. 191 - O Município apoiará e estimulará criação de Centro de Defesa das Crianças e do Adolescente, associação não cooperativa que reúna juizes, promotores, defensores públicos, policiais, técnicos da área social para que funcione como centro de estudos na busca permanente da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, fiscalizando as ações programáticas e a elas referidos.

Art. 192 - Será garantido aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, no território do Município, a gratuidade de transporte rodoviário e fluvial e coletivo urbano.

Art. 193 - A Lei disporá sobre as exigências e adaptações dos logradouros, aos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física ou sensorial.

CAPÍTULO VIII DA MULHER

Art. 194 - É dever do Município:

I - criar mecanismos para coibir a violência doméstica, serviço de apoio integral às mulheres e crianças por ela vitimadas, em repartições especializadas;

II - garantir, perante a sociedade, a imagem social da mulher como trabalhadora, mãe e cidadã e, em plena igualdade de direitos e obrigação como o homem.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 195 - Os membros do Poder Legislativo, o Prefeito e o Juiz de Direito da Comarca prestarão compromisso de manter, defender e cumprir esta Lei Orgânica, no ato e na data de sua promulgação.

Art. 196 - A Câmara e Vereadores dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da promulgação desta Lei Orgânica elaborará seu Regimento Interno observando os princípios da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.

Art. 197 - Após a promulgação desta Lei Orgânica, o Poder Executivo, deverá instalar a Guarda Municipal de que trata a Seção VII, Capítulo II do Título II desta Lei Orgânica.

Art. 198 - São considerados estáveis os Servidores Municipais que se enquadrarem no artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Art. 199 - O Município editará a Lei que estabeleça os critérios à compatibilização dos seus quadros de pessoal ao disposto no artigo 39 da Constituição Federal e no artigo 30 da Constituição Estadual e à reforma administrativa deles decorrentes no prazo de 60 (sessenta) dias, contado de 06.04.90.

Art. 200 - O Município procederá a revisão dos direitos dos servidores públicos, inativos e pensionistas e a atualização dos proventos e pensões a eles devidos, a fim de ajustá-los ao disposto na Constituição Federal.

Art. 201 - Até a promulgação da Lei Complementar Federal, o Município não poderá dispender com pessoal, mais de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor das Receitas Correntes.

Parágrafo Único - Quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto, deverá a eles retornar, reduzindo-se o percentual excedente à razão de 1/5 (um quinto) por ano.

Art. 202 - Aplicam-se à Administração Tributária e Financeira do Município o disposto nos artigos 34, §§ 1º. e 2º., I, II e III, §§ 3º., 5º., 6º. e 7º. e artigo 41 §§ 1º. e 2º. do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Art. 203 - O Município procederá conjuntamente com o Estado o censo para levantamento do número de deficientes, de suas condições sócio-econômicas, culturais e profissionais e das deficiências para orientação do planejamento de ações públicas.

Art. 204 - O Município nos 10 (dez) primeiros anos da promulgação da Constituição Federal desenvolverá esforços, com a mobilização dos setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos seus recursos para erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Art. 205 - O Executivo Municipal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da promulgação desta Lei Orgânica, realizará o cadastro de todos os seus bens municipais, de conformidade com o disposto no artigo 96 desta Lei Orgânica.

Art. 206 - O Município deverá, nos prazos abaixo, contados a partir da promulgação desta Lei Orgânica:

I - criar através de Lei todos os Conselhos e colegiados instituídos por esta Lei Orgânica ou delas decorrentes, no prazo de 6 (seis) meses;

II - divulgar e fazer cumprir todas as Leis e Códigos editados pelo Estado e que venham ser necessários ao Município, nos prazos já fixados no Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual;

III - realizar plebiscito em todos os distritos, para sua reativação, supressão, no prazo de 6 (seis) meses, observada a Legislação Estadual e o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 207 - Aos membros dos conselhos instituídos por esta Lei Orgânica, não será permitido qualquer tipo de remuneração ou gratificação pelo exercício de suas funções.

Parágrafo Único - Os conselhos serão renovados de 2 (dois) em 2 (dois) anos, mantidas as

proporcionalidades definidas para cada um deles.

Art. 208 - O Poder Executivo Municipal, após 180 (cento e oitenta) dias da promulgação desta, ativará a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal criará feira livre do produtor rural.

Art. 209 - O Poder Executivo tomará todas as providências necessárias no prazo de 60 (sessenta) dias, para adequar os servidores municipais ao Regime Estatutário, observado o disposto nesta Lei Orgânica e na Legislação Federal e Estadual.

Art. 210 - O pagamento dos Servidores Públicos Municipais, será efetuado, no máximo, até o 5º. (quinto) dia do mês subsequente ao vencido.

Art. 211 - O Poder Legislativo Municipal poderá apresentar os projetos de Leis Complementares, previstos nesta Lei Orgânica, que sejam de iniciativa de outro Poder caso estes não apresentem no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 212 - É defeso à Câmara Municipal alterar o quadro de Vereadores do Município, na legislatura de 1989 a 1992, composto em atendimento ao que dispõe o § 4º. do artigo 5º., do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal.

Art. 213 - A concessionária de Transporte Coletivo Urbano que não satisfizer os requisitos mínimos da concessão preferencialmente aos interesses e conforto do usuário, após processo regular de apuração da procedência de denúncia, terá a concessão rescindida.

Sala das Sessões da Câmara Especial de Santo Antonio do Tauá, em 4 de abril de 1990.

Dr. Raimundo Fabiano Borges de Pinho

Presidente

Florisia Soares Rocha

1º. Secretário

Everaldo Pinheiro Cordeiro

2º. Secretário

José Simão Foinquinos

Relator Geral

Manoel Adamor Barata

Cesino de Sousa Corrêa

Jacivaldo Sousa da Cruz

Ademar Prata da Silva Barros

Rita Madalena Barbosa da Costa

**CÂMARA MUNICIPAL ESPECIAL DE LEI ORGÂNICA
PALÁCIO LEGISLATIVO, SANTO ANTONIO DO TAUÁ,
04 DE ABRIL DE 1990**

Dr. Raimundo Fabiano Borges de Pinho

Presidente

Florisia Soares Rocha

1º. Secretário

Everaldo Pinheiro Cordeiro

2º. Secretário

José Simão Foinquinos

Relator Geral

Cesino de Sousa Corrêa

Vereador

Jacivaldo Sousa da Cruz

Vereador

Rita Madalena Barbosa da Costa

Vereadora

Manoel Adamor Barata
Vereador
Ademar Prata da Silva Barros
Vereador

COLABORADORES

Raimundo Freire Noronha
Prefeito Municipal

Carlos Gomes Pinto Filho
Vice-Prefeito

Dr. Leandro de Sousa
Assessor Jurídico

Telma Maria Carvalho da Cruz
Tesoureira da Câmara

Iracema Maria Ripardo
Secretária da Câmara

Fernando Max da Cruz Pinho
Auxiliar de Secretário

Maria Helena Carvalho Silva
Secretária Parlamentar

Raimunda Evangelista do Nascimento
Apoio

ENTIDADES COLABORADORAS

EMATER-PA

Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Associação de Mulheres de Santo Antonio do Tauá
Clube de Mães do Tauá
Castelo Futebol Clube
Associação dos Moradores do Km 29
Clube de Mães da Vila do Espírito Santo do Tauá
Associação dos Professores do Tauá
União das Associações de Moradores de Tauá
Associação de Moradores dos Remédios
Associação dos Moradores de São Raimundo dos Borralhos
Associação dos Moradores da Vila de Tracuateua da Ponta

VEREADORES CONSTITUINTES

Dr. Raimundo Fabiano Borges de Pinho
Florisa Soares Rocha
1º. Secretário e membro da Comissão Temática I
Everaldo Pinheiro Cordeiro
2º. Secretário e Presidente da Comissão Temática II
José Simão Foinquinos
Relator Geral e membro da Comissão Temática I
Rita Madalena Barbosa da Costa
Presidente da Comissão Temática I
e Vice-Presidente da Comissão de Sistematização
Jacivaldo Sousa da Cruz
Vice-Presidente da Comissão Temática I
e Presidente da Comissão de Sistematização
Manoel Adamor Barata
Membro da Comissão Temática I
Ademar Prata da Silva Barros
Membro da Comissão Temática II
Cesino de Sousa Corrêa
Vice-Presidente da Comissão Temática II